

Ministério da Saúde vai avançar com auditoria administrativa e financeira ao INEM

written by O Cidadão | 3 de Junho, 2024



“O Ministério da Saúde confirma o pedido de uma auditoria administrativa e financeira ao INEM. Demais esclarecimentos serão dados na Comissão de Saúde, agendada para a próxima quarta-feira”, informou o gabinete de Ana Paula Martins.

A intenção de o ministério avançar com esta auditoria foi adiada pelo comentador Luís Marques Mendes no domingo na SIC.

No início de maio, a comissão parlamentar de Saúde aprovou quatro audições sobre as condições financeiras e de

funcionamento do INEM, incluindo a da ministra da Saúde, na sequência de requerimentos apresentados pelas bancadas do Chega e do PSD.

A pedido do Chega, os deputados vão ouvir a ministra Ana Paula Martins, enquanto o PSD solicitou as audições dos presidentes do INEM, do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar e do Colégio da Competência em Emergência Médica da Ordem dos Médicos.

O presidente do INEM vai prestar esclarecimentos aos deputados sobre esta matéria na terça-feira, enquanto no dia seguinte, quarta-feira, será a vez de Ana Paula Martins ser ouvida na comissão parlamentar.

O Chega alegou que, de acordo com *“informações veiculadas pela imprensa”*, o INEM enfrenta uma *“grave crise financeira, que compromete a sua capacidade de manter em funcionamento a rede”* de ambulâncias e de helicópteros que são acionados nas situações de emergência médica.

A bancada social-democrata justificou o seu pedido de audições com a *“inegável degradação dos meios materiais”* do INEM, que tem *“prejudicado a prestação de socorro de emergência”* às populações.

O INEM é o organismo do Ministério da Saúde responsável por coordenar o funcionamento do Sistema Integrado de Emergência Médica em Portugal continental.

No final de agosto de 2023, o presidente do INEM, Luís Meira, foi reconduzido no cargo para um novo mandato de cinco anos pelo Ministério da Saúde, mas esta decisão mereceu a contestação das associações de técnicos de emergência médica e de agentes de proteção civil, que têm pedido uma comissão parlamentar de inquérito ao serviço de socorro prestado pelo instituto.